

# POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES





### Sumário

| 1.  | APRESENTAÇÃO                                       | 3 |
|-----|--|---|
| 2.  | OBJETIVO   | 3 |
| 3.  | CONCEITOS QUE VOCÊ DEVE SABER                      | 3 |
| a.  | Conceitos em Relação aos Agentes                   | 3 |
| b.  | Conceitos em Relação às Ações                      | 4 |
| c.  | Conceitos em Relação aos Dados                     | 5 |
| d.  | Conceito em Relação às Obrigações                  | 5 |
| 4.  | DIREITOS DOS TITULARES                             | 5 |
| 5.  | PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AOS SEUS DADOS PESSOAIS | 6 |
| 6.  | CANAIS DE ATENDIMENTO                              | 8 |
| 7.  | PROCEDIMENTO PARA ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES     | 9 |
| 8.  | SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE                      | 9 |
| 9.  | ALTERAÇÕES NA POLÍTICA                             | 9 |
| 10. | CONTATO  | 9 |

## 1. APRESENTAÇÃO

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, conhecida como LGPD, é a Lei responsável pela regulação das atividades de tratamento de dados pessoais no Brasil.

A Lei surgiu através da necessidade de regular o uso de dados pessoais por indivíduos e empresas em suas atividades diárias, e foi inspirada pelo Regulamento Geral sobre Proteção de Dados europeu (GDPR).

A LGPD assegura a você cidadão, pessoa física e titular de dados, uma série de direitos.

#### 2. OBJETIVO

Esta política tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para atender aos direitos dos titulares de dados pessoais, conforme disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

## 3. CONCEITOS QUE VOCÊ DEVE SABER

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nos traz conceitos específicos com relação às expressões mencionadas em seus artigos. Isto posto, seguem suas definições:

#### a. Conceitos em Relação aos Agentes

- i. **Titular:** Pessoa Física a quem se referem os dados pessoais que serão tratados ao longo de todo o processo;
- ii. Controlador: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável por estipular como os dados serão tratados;



- **Operador:** Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento dos dados pessoais em nome do controlador;
- iv. Encarregado de Dados Pessoais/Data Protection Officer (DPO): Pessoa indicada pelo controlador para mediar a comunicação entre controlador, titular e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- v. Autoridade Nacional de Proteção de Dados: Órgão da Administração Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

#### b. Conceitos em Relação às Ações

- i. Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- **ii. Eliminação:** Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **iv. Anonimização:** Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- v. Uso compartilhado de dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.



#### c. Conceitos em Relação aos Dados

- i. **Dado Pessoal:** Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- **ii. Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **Dado Anonimizado:** Dado relativo à titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- **iv. Banco de Dados:** Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

#### d. Conceito em Relação às Obrigações

i. Mapeamento das atividades de dados: documentação que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

#### 4. DIREITOS DOS TITULARES

Nos termos do artigo 18 da LGPD, os titulares de dados pessoais possuem os seguintes direitos:

- Confirmação da Existência de Tratamento: Direito de saber se seus dados estão sendo tratados.
- Acesso aos Dados: Direito de acessar os dados pessoais armazenados.
- Correção de Dados Incompletos, Inexatos ou Desatualizados: Direito de solicitar a retificação de informações incorretas.
- Anonimização ou bloqueio: Quando desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.



- Portabilidade dos Dados: Direito de transferir os dados para outro fornecedor de serviço ou produto.
- Eliminação dos Dados Pessoais ou oposição ao tratamento: Direito de solicitar a exclusão dos dados, salvo em casos de necessidade legal.
- **Informação sobre Compartilhamento:** Saber com quais terceiros os dados são compartilhados.
- Revogação do Consentimento: Direito de retirar o consentimento previamente dado.
- Reclamação à ANPD: Direito de peticionar perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Importante destacar que você também poderá enviar pedidos ou reclamações relativas ao tratamento dos seus dados pessoais à Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Diante disso, passaremos a elencar cada um desses direitos abaixo.

## 5. PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AOS SEUS DADOS PESSOAIS

Importante destacar que você também poderá enviar pedidos ou reclamações relativas ao tratamento dos seus dados pessoais à Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Diante disso, passaremos a elencar cada um desses direitos:

- a. Confirmar a existência de tratamento dos seus dados pessoais: Se estiver na dúvida se mantemos dados pessoais sobre você, é só nos contatar para fazer a verificação e confirmar se nós mantemos dados pessoais em relação a você;
- b. Saber quais dados pessoais a Cenize Sociedade de Advogados detém sobre você: A LGPD assegura ao titular de dados o acesso à todas suas informações pessoais tratadas. Sendo assim, você titular pode requisitar ao



escritório a cópia de suas informações tratadas e como o tratamento foi realizado;

- c. Solicitar correção dos seus dados pessoais: Se houver qualquer identificação de que algum dado esteja incompleto, inexato ou desatualizado, você pode nos contatar e solicitar a correção dos seus dados. Contudo, necessário que você informe quais dados devem ser corrigidos e o motivo da correção, para que possamos agilizar sua solicitação.
- d. Solicitar exclusão dos dados pessoais que o Escritório detém sobre você: Você titular, mesmo com a concessão da autorização de tratamento dos seus dados pessoais, poderá solicitar ao escritório a eliminação de suas informações através de um requerimento expresso. A partir de sua solicitação, o escritório realizará a exclusão dessas informações de nossos registros internos, resguardando apenas os dados necessários ao cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias.
- e. Opor-se ao tratamento que o escritório realiza com os seus dados pessoais: Se achar algo errado, você também tem o direito de questionar a maneira como os seus dados pessoais são tratados com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, caso haja descumprimento ao disposto na LGPD. Desta forma, você deverá explicar o motivo que deve justificar a interrupção do tratamento, que será avaliado pelo responsável pela análise da solicitação para seu atendimento;
- f. **Solicitar portabilidade dos seus dados pessoais:** Você titular poderá solicitar a portabilidade de seus dados pessoais.



- g. Saber se existe algum compartilhamento dos seus dados com terceiros: Os seus dados podem ser compartilhados com organizações privadas ou públicas. Neste caso, o escritório enviará a relação dessas organizações.
- h. Informação referente ao consentimento dado e revogação: Nas situações em que se faz necessário a obtenção de consentimento do titular de dados pessoais para a realização de operações de tratamento, este poderá ser revogado a qualquer tempo mediante manifestação expressa do titular, de forma simples e facilmente disponível.
- i. Peticionar junto a Autoridade Nacional: Você também tem o direito de peticionar em relação aos seus dados perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Para isso, necessário realizar qualquer manifestação a Autoridade, acessando o seguinte link: https://www.gov.br/anpd/pt-br.

#### 6. CANAIS DE ATENDIMENTO

Os titulares de dados podem exercer seus direitos por meio dos seguintes canais de atendimento:

- E-mail: <u>atendimento@cenizeadvogados.com.br</u>
- Site: www.cenizeadvogados.com.br
- Linkedin: @cenizesociedadedeadvogados
- Telefones: (11) 2099-9417 (11) 2506-2834
- Presencialmente: Rua Alferes Magalhães, nº 92, 1º andar Sala 16 –
  Santana/SP, CEP: 02034-006



## 7. PROCEDIMENTO PARA ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES

- I. O titular deve enviar sua solicitação por um dos canais indicados, informando nome completo, CPF ou outro documento de identificação, e detalhes da solicitação.
- A empresa confirmará o recebimento da solicitação em até 5 dias úteis.
- III. A resposta será fornecida em até 15 dias contados do recebimento da solicitação, podendo ser prorrogado conforme a complexidade do pedido.
- IV. Se houver necessidade de comprovação da identidade do titular, a empresa poderá solicitar informações adicionais.
- V. Caso a solicitação não possa ser atendida, a empresa justificará os motivos.

### 8. SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE

As solicitações dos titulares serão tratadas com sigilo, garantindo a segurança dos dados pessoais.

## 9. ALTERAÇÕES NA POLÍTICA

Esta política poderá ser revisada periodicamente para garantir conformidade com a legislação vigente.

#### 10. CONTATO

Dúvidas sobre esta política podem ser encaminhadas para o Encarregado de Proteção de Dados, através do e-mail: **deoclecio@cenizeadvogados.com.br**